



A greve continua

Deliberações da Assembleia de Docentes

Reunidos em assembleia geral na tarde desta segunda-feira, 16, na sede da Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp), os professores da universidade decidiram dar continuidade à greve e entrar em assembleia permanente.

A assembleia também deliberou sobre uma série de ações que serão colocadas imediatamente em prática. Abaixo, as deliberações da assembleia geral:

- 1. Continuidade da GREVE;**
- 2. Entrar em assembleia permanente;**
- 3. Participação em Ato Público**, organizado pelo Fórum das Seis, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), na próxima terça-feira, dia 24. A proposta é pressionar os deputados, a comissão de finanças e o governador pela aprovação de mais verbas para a educação, em particular as Universidades e o Centro Paula Souza;
- 4. Sugerir à ADUSP, ao Sintunesp e ao DCE da USP**, a realização de um ato em frente à reitoria da USP, na próxima quarta-feira, dia 26, com participação das demais entidades. Convidar deputados estaduais, federais e senadores para participar do ato;
- 5. Propor ao Fórum das Seis** a realização de um ato em frente ao Palácio dos Bandeirantes, para pressionar o Governador e dar maior visibilidade ao movimento;
- 6. Cobrar do Reitor da Unicamp**, professor José Tadeu Jorge, que explicita seu posicionamento quanto ao caráter público da educação, o financiamento das universidades estaduais e a campanha salarial propriamente dita, em reunião com os docentes, a ser realizada no auditório da ADunicamp;
- 7. Trabalhar junto** aos deputados estaduais para retomar as audiências públicas, na Alesp, dando continuidade e intensificando a discussão sobre o financiamento da educação pública no estado de São Paulo;
- 8. Realizar aulas públicas** em áreas estratégicas de



Docentes da Unicamp aprovam a continuidade da Greve

Campinas, para dar visibilidade ao movimento e esclarecer a população;

9. Elaboração e veiculação sistemática de textos mais didáticos que mostrem o crescimento das universidades e justifiquem nossas reivindicações;

10. Ocupar o Largo do Rosário. Montar uma tenda e campanha permanente e distribuir documentos sobre a universidade e o nosso movimento, em colaboração com as outras entidades;

11. Centralizar na ADunicamp as atividades de greve, como aulas públicas, debates etc., atualmente realizadas nas unidades;

12. Todas as atividades desenvolvidas pelo movimento deverão, também, ser anunciadas por um carro de som que deverá circular pelo campus;

13. Promover ações juntos aos docentes que compõem a Comissão Permanente para Vestibulares (Comvest), para que não participe das reuniões da mesma;

14. Organizar plantões da Comissão de Mobilização e Ética, na ADunicamp.

IFCH DIVULGA CARTA À COMUNIDADE

Os alunos, funcionários e professores reunidos em assembleia do IFCH no dia 29 de maio, deliberaram pelo envio do presente comunicado à comunidade:

Em respeito à greve decidida pelas três categorias em suas respectivas assembleias, e reiterada por unanimidade pelos participantes da assembleia conjunta realizada no IFCH, solicitamos aos professores do instituto que não apliquem provas e não exijam trabalhos no decorrer da greve, e que os estudantes não entreguem trabalhos nesse período. Que os professores assumam a responsabilidade pelos PEDs, que não devem ser penalizados pela decisão de não entregarmos as notas e não inserirmos as médias no sistema da DAC antes do término da greve. Os encaminhamentos relativos à reposição de aulas e entrega de notas serão definidos por uma nova assembleia, ao final do movimento grevista.

Por uma Universidade Pública, gratuita e de qualidade

Exigir desmobilização para negociar fere o direito constitucional de greve

ADunicamp questiona intransigência dos reitores da Unicamp, USP e Unesp com base em argumentos da 'Associação Juizes para a Democracia'

A intransigência do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), que se recusa a retomar as negociações da campanha salarial com os docentes das três universidades em greve (Unicamp, USP e Unesp), sob o argumento de que isso só será feito mediante a “livre utilização de todas as estruturas físicas das três Universidades”, é uma afronta ao Direito de Greve garantido pela Constituição.

Isso é o que se depreende de análise feita pela Associação Juizes para a Democracia (AJD), em nota pública sobre a greve dos metroviários da Capital paulista. Na nota, os juizes condenam o que chamam de “ataques ao direito de greve dos metroviários”.

“O art. 9º da Constituição Federal determina que ‘É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devem por meio dele definir’. A greve é um direito que consiste justamente na possibilidade de causar prejuízos a outrem, em especial ao empregador, mas também de gerar perturbação, incômodos e transtornos para os usuários de serviços públicos. Impedir a existência desses prejuízos e transtornos é esvaziar o direito e torná-lo mera declaração sem efeito prático”, afirma a nota.

Ainda de acordo com a nota, forçar o retorno ao trabalho, sob penas como multas pesadas, dentre outras, retira o poder de pressão do movimento, no limite levando à declaração de abusividade da greve. De acordo com os juizes, os grevistas tem o “lídimo direito de realizar piquetes” e reprimi-los “ofende o artigo 6º da Lei nº 7.783/89, segundo o qual ‘são assegurados aos grevistas, dentre outros direitos: 1 – o emprego de meios pacíficos tendentes a persuadir ou aliciar os trabalhadores a aderirem à greve’”.

INTRANSIGÊNCIA DO CRUESP

Na avaliação da Associação dos Docentes da Unicamp (ADunicamp), a análise da Associação Juizes pela Democracia se aplica perfeitamente aos argumentos utilizados pelos reitores das três universidades para justificar a suspensão das negociações da campanha salarial em curso.

Na quarta-feira 11, um dia depois da greve que mobilizou centenas de professores, funcionários e estudantes das três universidades em frente à Reitoria da USP, em São Paulo, o Cruesp enviou nota aos



Legítimo: Ato organizado pelo Fórum das Seis, realizado em São Paulo, no último dia 03 de junho

representantes dos docentes em greve, anunciando a retomadas das negociações e marcando uma nova reunião para a sexta-feira, 13.

Poucas horas depois, no final da tarde da quarta-feira, o pró-reitor de Administração da Unesp, Carlos Antonio Gamero, notificou por telefone aos representantes dos docentes em greve a suspensão unilateral das negociações. De acordo com os reitores, a reunião só seria realizada a partir do momento em que a greve e os piquetes fossem desmobilizados e mediante a “livre utilização de todas as estruturas físicas das três Universidades”.

“Consideramos, agora fundamentados também na análise da Associação Juizes para a Democracia, que esta intransigência afronta nosso direito constitucional”, avalia a ADunicamp.

DOCENTES DA UNICAMP EM GREVE

**ESCRUTÍNIO, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
NAS CONTAS E NA GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS PAULISTAS**